



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 78/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018
MELHOR OFERTA POR ITEM

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, por intermédio de seu Pregoeiro, Sr. Douglas da Costa Silva, nomeado pela Portaria nº 02/2018, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, a fim de selecionar proposta objetivando a Concessão de uso de espaço público referente às barracas e trailer de alimentação instaladas no Parque de Exposições, durante as festividades da “XXVI Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2018”.

A abertura da sessão será às **13h00min (treze horas) do dia 09 de agosto de 2018**, quando serão recebidos os envelopes de “**PROPOSTA**” e “**DOCUMENTAÇÃO**”, relativos à licitação, bem como credenciados os representantes interessados.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente à Lei de Licitações nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, às normas da LC 123/2006, bem como, às normas do presente Edital.

2 – OBJETO

2.1 - Constituem objeto deste certame a Concessão de uso de espaço público referente às barracas e trailer de alimentação instaladas no Parque de Exposições, durante as festividades da “XXVI Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2018”, conforme descrito no Projeto Básico – Anexo I do presente Edital:

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação interessados que atendam a todas as condições do presente edital.

3.2 – Licitantes interessados deverão apresentar fora dos envelopes, no ato inicial do certame:

i) DECLARAÇÃO;

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____ / _____ - _____, com sede na _____ (endereço completo), **declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência ao art. 4º, inc. VII da Lei nº 10.520/02.**

Local – data ____ / ____ / ____

(a) _____

Assinatura e identificação do declarante

ii) CREDENCIAMENTO (ANEXO VI);

iii) CÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF do credenciado.



3.3 - No caso de credenciamento, referente ao dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentado o respectivo estatuto ou contrato social, e a última alteração estatutária ou contratual, se houver, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4 - ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes “**Proposta Comercial**” e “**Documentação**” deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo, bem como, deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
ENVELOPE Nº 01 “**PROPOSTA COMERCIAL**”
PROCESSO Nº 78/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018
ABERTURA DIA: 09.08.2018 – 13h00min

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
ENVELOPE Nº 02 “**DOCUMENTAÇÃO**”
PROCESSO Nº 78/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018
ABERTURA DIA: 09.08.2018 – 13h00min

5 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 - Será vedada a participação de licitante com falência decretada ou impedida por lei.
- 5.2 - Não poderão participar do presente certame licitantes declarados inidôneos ou impedidos de participar de licitações ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 5.3 - Não será permitida a participação nesta licitação de consórcios juridicamente formados ou em formação, ou de grupos de empresas ou de pessoas físicas.
- 5.4 - Não poderá participar da execução do objeto, servidor ou dirigente do Município.

6 - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

- 6.1 - Proposta de preços em uma via, assinada pelo licitante ou procurador em todas as suas folhas, impressa em papel timbrado, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **conforme ANEXO III**.
- 6.2 - Prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contendo os valores com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 6.3 – A proposta deve conter o nome do licitante, a identificação e o endereço completo contendo: telefone, e-mail e/ou outro mecanismo para contato.
- 6.4 - A proposta deve conter o número do Pregão e do Processo Licitatório.
- 6.5 - A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto.



7 - JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS

7.1 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerada a **MELHOR OFERTA POR ITEM**.

7.2 - Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de melhor preço obtido através da maior oferta, as licitantes com propostas de preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela, ou quando não houver pelos menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, às Autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/02.

7.3 - Após a abertura das propostas, será determinada disposição de lances verbais dos representantes das licitantes, em ordem de “menor oferta para maior oferta”.

7.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

7.5 - Os lances inexequíveis serão descartados após sua efetiva comprovação, sendo que, durante a rodada de lances, somente serão aceitos lances de R\$ 100,00 em R\$ 100,00 (cem em cem reais).

7.6 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo Prefeito Municipal.

7.7 - Poderá ser deliberada pelo Pregoeiro a possibilidade de saneamento de falhas em favor do licitante, desde que não promova situações de favorecimento ilícito ou omissivo, mas sim de economia nas contratações. Todavia a que considerar que as empresas apresentarão suas correções e todas as comprovações exigentes do Edital.

7.8 - No caso de saneamento de falhas poderá ser efetuada diligência no certame, ou mesmo abertura de prazo estipulado pelo Pregoeiro, onde deverão ser registrados os fatos em ata.

8 - DOCUMENTAÇÃO - (ENVELOPE Nº 2)

8.1 – O envelope com a documentação deverá conter:

Se pessoa física:

- a- Cópia da Cópia da Cédula de Identidade e CPF dos licitantes;
- b- Cópia do Comprovante de residência;
- c- Certidão Negativa de Débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da união, abrangendo inclusive as contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212/91;
- d- Certidões Negativas de Débitos com a Fazenda **Estadual** e **Municipal** da sede do licitante;
- e- Certidão negativa perante a Justiça do Trabalho;
- f- Certidão judicial cível negativa;
- g- Declarações contidas no ANEXO IV

Se pessoa jurídica

- a. Cópia da identidade e CPF dos proprietários da empresa;
- b. Cópia do Contrato Social com última alteração se for o caso, ou Contrato Social Consolidado;



- c. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, impressa/baixada da Receita Federal com prazo não superior a 180 dias de abertura deste certame;
- d. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e. Certidão Negativa de Débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da união, abrangendo inclusive as **Contribuições Sociais** previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212/91;
- f. Certidões Negativas de Débitos com a Fazenda **Estadual** e **Municipal** da sede do licitante;
- g. Certidão negativa perante a Justiça do Trabalho;
- h. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 180 (cento e oitenta dias) dias antes da data fixada para abertura da licitação;
- i. Declarações contidas no ANEXO IV;
- j. Declaração de Micro Empresa e/ou Empresa Pequeno Porte, se for o caso – ANEXO V.

Observação: Os documentos acima elencados poderão ser apresentados por cópias devidamente autenticadas por Cartório Competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda, por cópias não autenticadas, **desde que apresentadas os originais** para conferência, exceto os documentos de autenticidade eletrônica/Internet.

9 - RECURSOS E IMPUGNAÇÃO

9.1 - Os recursos atenderão ao contido no inciso XVIII da Lei nº 10.520/02 e suas alterações posteriores.

9.2 – As razões de recursos deverão ser por escrito, fundamentadas e dirigidas ao Pregoeiro, por intermédio da Comissão de Pregão, no prazo de 03 (três) dias do ato a ser impugnado e protocolado na Sala da Secretaria da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG.

9.3 - Eventual impugnação de edital deverá ser fundamentada e dirigida ao Pregoeiro, por intermédio da Comissão de Pregão, no prazo especificado na Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e, protocolada na Sala da Secretaria da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG.

10 - CONDIÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - A Licitante que convocada pela Administração, ao passar 48 (quarenta e oito horas) após regularmente convocada, não fazer o comparecimento para assinatura do Contrato, ensejará a aplicação da multa e sanções previstas deste Edital.

10.2 - O Contrato de prestação de serviços a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei nº 8.666/93.

11 - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante, fará fiscalização no presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

12 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. A futura contratação ocorrerá EM ESTRITA OBEDIÊNCIA ÀS DELIMITAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, ANEXO I, DESTE EDITAL.



12.2. Caso necessário, a hospedagem, alimentação, transporte local, lanches, permanência, manutenção de equipamentos e todos os demais profissionais não serão fornecidos pelo Município de Dores do Turvo/MG, ficando a cargo da empresa a ser contratada.

12.3. O transporte de carga e de pessoal, se necessário, ficará a cargo da empresa a ser contratada.

13 - PAGAMENTO

13.1. Para pagamento dos valores contratados a título de aluguel, aessionária deverá dirigir-se ao setor competente da Administração Pública Municipal, quitando o respectivo valor no ato da assinatura do contrato, através de Guia de arrecadação no setor de tesouraria.

14 – PENALIDADES

14.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;

II - Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

14.2 - As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 87, §2º da Lei 8.666/93.

14.3 - As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela Contratada como relevante.

15 - REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO E FINANCEIRO

15.1 - Os valores constantes da referida contratação poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II “d” da Lei Federal nº 8.666/93 e as referidas solicitações deverão vir acompanhadas de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível.

16 - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

16.2 - Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

16.3 - O Prefeito Municipal (ou outra autoridade, por delegação) poderá **revogar** a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo **anulá-la** por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 c/c 10.520/02, não cabendo às licitantes direito à qualquer indenização, na forma do princípio da autotutela em conformidade com as Súmulas 346 e 473 do STF.

16.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração das propostas ou pela apresentação de documentação referente à presente licitação.



16.5 - Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e propostas, depois de apresentados.

16.6 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos de habilitação e classificação, este prazo será reaberto **exceto** quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

16.8 - Cópias do Instrumento Convocatório e seus anexos serão fornecidas, nos horários de 13:00 às 16:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo, na Praça Cônego Agostinho José de Resende, 30, Centro, Dores do Turvo/MG, ou pelo e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br, conforme autoriza a Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações.

16.9 - Na hipótese de não haver expediente na Prefeitura Municipal no dia da abertura da presente licitação, ficará está transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecido.

16.10 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

16.11 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.12 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito garantido de contratação.

16.13 - Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a municipalidade.

16.14 - Extrato do Edital de Pregão Presencial será divulgado na imprensa oficial.

Dores do Turvo, 30 de julho de 2018.



DOUGLAS DA COSTA SILVA
Pregoeiro Municipal



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 – OBJETO

Concessão de uso de espaço público referente às barracas e trailer de alimentação instaladas no Parque de Exposições, durante as festividades da “XXVI Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2018”.

2 – OBJETIVO

Garantir a efetiva utilização dos bens do Município com aproveitamento e arrecadação de receitas para melhor gestão da Administração.

3 - DA JUSTIFICATIVA

O presente objeto justifica-se pela:

Aproveitamento e arrecadação de receitas para melhor gestão da Administração.

4 – DA ÁREA DESTINADA À CESSÃO DE USO REMUNERADO

Item	Descrição	U.M.	Qtde.	Valor mínimo
0001	BARRACA Nº 1 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	2.000,00
0002	BARRACA Nº 06 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	2.000,00
0003	BARRACA Nº 08 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	1.500,00
0004	BARRACA Nº 09 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	1.500,00
0005	BARRACA Nº 010 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	1.000,00
0006	TRAILER 01 LADO DIREITO	UNI	1	2.500,00
0007	BARRACA Nº 05 LADO ESQUERDO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	2.000,00
0008	BARRACA Nº 06 LADO ESQUERDO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	2.000,00
0009	BARRACA Nº 07 LADO ESQUERDO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	1.500,00
0010	TRAILER 01 LADO ESQUERDO	UNI	1	2.500,00

5 – DO VALOR e PRAZO DO CONTRATO

5.1 – Período e Duração do contrato

O futuro contratado deverá repassar ao Município os valores obtidos do resultado do procedimento licitatório. O contratado poderá utilizar o imóvel público durante a vigência do contrato.

6 - OUTROS SERVIÇOS

Caso necessário, a hospedagem, alimentação, transporte local, lanches, permanência, manutenção de equipamentos e todos os demais profissionais não serão fornecidos pelo Município de Dores do Turvo/MG, ficando a cargo do(a) contratada.

7 – TRANSPORTE

O transporte de carga e de pessoal, se necessário, ficará a cargo da contratada.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG

8.1 – Viabilizar acesso do contratado para a fiel execução do contrato.

8.2 – Fiscalizar a correta execução do contrato, por intermédio do Departamento Administração.

Dores do Turvo/MG, 30 de julho de 2018.

Douglas da Costa Silva
Pregoeiro Municipal



ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO PARA CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E.....

CONTRATO nº ____/2018

Aostrinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, de um lado o **MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG**, com sede na Pça Cônego Agostinho José de Resende, 30, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº 18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Valdir Ribeiro de Barros, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 180.680.906-06, residente e domiciliado neste município de Dores do Turvo/MG, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado o Sr. _____, brasileiro, inscrito no CPF _____, portador da identidade nº MG. _____, O.E.: P. Civil, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, centro, _____/MG, doravante denominado **CONCESSIONÁRIO**, têm presente, justo e avençado, celebrar o presente contrato de concessão de uso de bem imóvel para fins de cantina/lanchonete/bar, na forma dos procedimentos licitatórios verificados no Pregão Presencial nº 60/2018, de conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02 e as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, com suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente instrumento contratual tem como objeto a **CONCESSÃO DE USO PARA FINS COMERCIAIS** no ramo de **BARRACAS E TRAILER DE ALIMENTAÇÃO DE LANCHONETE/BAR**, de conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, as normas da Lei 8.666, de 21.06.93, com suas alterações, obedecendo os elementos da proposta de preço vencedora datada de 27 de julho de 2018, que fazem parte integrante deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO -

Este instrumento contratual guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial nº 57/2018, do qual é parte integrante, vinculando-se, ainda, à proposta da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA- O presente contrato terá vigência de 03 (três) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, mediante ajuste entre as partes interessadas.

CLÁUSULA QUARTA- DO VALOR DA CONCESSÃO- A concessão de uso será remunerada, sendo o valor mensal de R\$(-----), conforme lance da proposta de preço vencedora no item 01, (um), 02 (dois) do Processo Pregão Presencial nº 60/2018, data de 26 de julho de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DO ESPAÇO FÍSICO CONCEDIDO- Espaço físico correspondente a área de ____ M² de área pública, local Parque de Exposições **Município de Dores do Turvo/MG**, situado na Rua _____, Dores do Turvo-MG.

CLÁUSULA SEXTA

DO PAGAMENTO-

A concessionária efetuará, mensalmente, o recolhimento do valor correspondente ao encargo, conforme estipulado na cláusula quarta, até o último dia útil referente ao mês de utilização do imóvel, por meio do guia de recolhimento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA- As guias de recolhimento serão fornecidas ou instruídas pelo Setor Administrativo de Tributos do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA -

O valor mensal contratado será reajustado e corrigido monetariamente a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IGP (FGV) e a falta deste pelo INPC (IBGE) ou outro índice substitutivo.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA-

É assegurada a Concessionária o exercício de suas atividades e seus interesses, das atividades previstas na legislação e leitan o presente instrumento e no edital de origem, bem como:

a) Explorar o bem concedido, pelo prazo e condições aqui avençadas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – São obrigações da concessionária:

a) Responder exclusivamente integralmente pelos encargos tributários, fiscais, trabalhistas e patrimoniais pertinentes ao objeto da presente concessão de uso.

b) Apresentar ao fiscal de contrato, mensalmente, os comprovantes de pagamento de funcionários bem como dos respectivos encargos trabalhistas.

c) Não efetuar sob qualquer motivo, a subconcessão total ou parcial do imóvel, objeto do presente instrumento contratual.

d) Manter o local de funcionamento sempre em condições de higiene, predominantemente na cor branca, gorros/bonés, sapatos/tênis e demais que fizerem necessários.



- e) Utilizarcuidardoinóvelsobconcessãodeuso, bemcomoosbensmóveisaliinstalados, estritamente para as atividades contratadas, com o seu próprio fosse responsabilizando pelos danos que por ventura der causa.
- f) Restituiro imóvel, a o término do prazo de vigência contratual ou de termino a fim do prazo prematuramente, na forma como recebeu, salvo os desgastes normais da ação do tempo e uso.
- g) Responsabilizar-se pelas despesas da execução do objeto.
- h) Cumprir fielmente as cláusulas contratuais, o horário estipulado e as normas gerais de funcionamento avençadas neste contrato, no Pregão Presencial nº 60/2018 e seus anexos.
- i) Cumprir a determinação do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal que disciplina o trabalho de menor, sendo de sua exclusiva responsabilidade as implicações penais cabíveis, em caso de descumprimento, além de implicar na rescisão contratual, conforme prevê o inciso XVII do artigo 78 da mesma Lei.
- j) Não empregar sob qualquer regime ou alegação, pessoas que mantenham vínculo empregatício com a Concedente;
- k) Cumprir regularmente todas as demais condições estipuladas no Edital de Pregão presencial nº 60/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE – É assegurado à Concedente o exercício, na defesa de seus interesses e em nome da vontade pública, dos atos e ações previstos na legislação e lei para o presente instrumento, no Pregão Presencial nº 57/2018 e aquela sem que fundamentam o interesse público, o direito de:

A) Efetuar a fiscalização de uso do imóvel, objeto da concessão, exigir o fiel cumprimento de todos os serviços e demais condições pactuadas neste instrumento, através do Departamento Administração, outros de áreas pertinentes ou por Comissões Especiais, sob a supervisão do Chefe do Executivo Municipal.

B) Conferir, por meio da Divisão de Material e Patrimônio, a iniciar a prestação dos serviços, a existência de bens patrimoniais que possam vir a ser disponibilizados na concessão, conferindo, também as suas condições de uso e de funcionamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – São obrigações da **CONCEDENTE**:

- I. Permitirá a Concessionária livre acesso e informações em relação à área do imóvel objeto desta concessão de uso;
- II. Comunicará a Concessionária previamente, qualquer alteração de funcionamento do imóvel, que possua de alguma forma, interferir no funcionamento da cantina/lanchonete, objeto desta concessão;
- III. Decidir sobre qualquer utilização do imóvel com concessão não outorgada;
- IV. Dará a Concessionária todas as condições necessárias para usufruir o imóvel, não permitindo perturbações que dificultem o uso;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A existência e atuação da fiscalização da Concedente não restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da concessionária, em relação aos seus encargos tributários, fiscais, trabalhistas e patrimoniais, suas consequências e aplicações próximas e remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO – Conforme dispõe o inciso IX, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, do referido diploma legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – AocorrênciadequaisquerdashipótesesprevistasnoArt. 78, daLei nº 8.666/93, ensejará a rescisão do presente Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA –

A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA QUARTA – A rescisão determinada unilateralmente escrita da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e IV do art. 87 do mesmo Diploma Legal, sempre juízo das demais sanções previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Serão aplicadas as sanções expressas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a saber: advertência, multa, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, sendo a advertência aplicada sempre que infringir as obrigações contratuais.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As multas previstas são as seguintes, sendo independentes, aplicadas cumulativamente e descontadas dos pagamentos relativos ao período das ocorrências em:

- I. 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor do Contrato;
- II. 1% (um por cento) do valor de faturamento do período, para ocorrências registradas através de advertência em não sanadas pela contratante;
- III. 2% (dois por cento) do valor de faturamento do período, para ocorrências em caráter de reincidência, registradas através de advertência em não sanadas pela contratada;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em multa não de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da concedente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA –

As suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando, ainda, as circunstâncias e interesse do órgão, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Se o valor do adiantamento for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente;

SUBCLÁUSULA QUINTA – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS –

Dos atos da Administração que aplicar a sanção ou que rescindir o contrato, caberá recurso na forma do Art. 109 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL –

Qualquer dano ocasionado à CONCEDENTE ou a terceiros, por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos, sujeitará esta, independentemente de outras combinações contratuais e legais, ao pagamento de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO – A CONCEDENTE fará publicar, no Diário Oficial do Município

(AMM), extrato do presente Contrato, que é condição indispensável para sua eficácia, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da assinatura do contrato, ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias da data, na conformidade do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS –

Quaisquer dúvidas surgidas na execução deste Contrato serão dirimidas entre as partes, durante sua vigência, passando as decisões, assim tomadas, a fazer parte integrante do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO – O foro para dirimir as questões oriundas do presente Contrato será o foro da Comarca de Senador Firmino/MG, renunciando as partes CONTRATANTES a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes CONTRATANTES e pelas testemunhas abaixo firmadas.

Dores do Turvo/MG, ----- de agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG - CONCEDENTE

Valdir Ribeiro de Barros
Prefeito Municipal

..... – **CONCESSIONÁRIO**

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



ANEXO III

MODELO PROPOSTA

PROCESSO Nº78/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018.
TIPO MELHOR OFERTA POR ITEM

OBJETO: Concessão de uso do espaço público referente às barracas e trailer de alimentação instaladas no Parque de Exposições, durante as festividades da “XXVI Exposição Agropecuária e Torneio Leiteiro 2018”.

Nome: CPF/CNPJ : 005.715.746-45
Endereço: _____ nº: _____
Cidade: _____ UF: _____
Tel/Email: _____

À Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG
Praça Cônego Agostinho José de Resende 30
Dores do Turvo/MG – CEP 36.513-000
Setor de Licitações
Abertura: 09/08/2018 às 13:00hs

Item	Descrição	U.M.	Qtde.	Valor Proposto
1	BARRACA Nº 1 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
2	BARRACA Nº 06 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
3	BARRACA Nº 08 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
4	BARRACA Nº 09 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
5	BARRACA Nº 010 LADO DIREITO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
6	TRAILER 01 LADO DIREITO	UNI	1	
7	BARRACA Nº 05 LADO ESQUERDO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
8	BARRACA Nº 06 LADO ESQUERDO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
9	BARRACA Nº 07 LADO ESQUERDO MEDINDO 3,5 X 3,5	UNI	1	
10	TRAILER 01 LADO ESQUERDO	UNI	1	

Declaro estar de acordo com as condições de pagamento e demais condições previstas no projeto básico referente ao processo licitatório 78/2018, pregão presencial 60/2018.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de 2018.

Assinatura / licitante



ANEXO IV

DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGAMENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2018.
PROCESSO Nº 60/2018.
TIPO MELHOR OFERTA POR ITEM**

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo), **DECLARA:**

- Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos;
- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital

Local, ____ de _____ de 2018.

Assinatura e identificação do responsável



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

REF:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018.
TIPO MELHOR OFERTA POR ITEM

A Pessoa Jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____, nº _____, _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, nacionalidade (a), estado civil (a), cargo, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Local, ____ de _____ de 2018.

(a) _____
Assinatura e identificação do declarante



ANEXO VI

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador do Documento de Identidade n. ° _____ para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, a que tudo daremos por firme e valioso.

Dores do Turvo, ___ de julho de 2018.

Assinatura e identificação do representante legal

Obs.: Carimbo padronizado da empresa.